

Gestão pública I Reforma administrativa, teto de gastos e ruídos na equipe econômica



Em frente ao Palácio do Planalto, as principais lideranças do Poder Executivo e do Congresso Nacional concederam entrevista nesta quarta-feira (12/8), em gesto público que sinalizou a retomada das discussões sobre a reforma administrativa e sobre as privatizações, além de indicar a defesa da manutenção do teto de gastos para 2021. O ato reflete uma importante sinalização do governo para o mercado, logo após a saída de dois dos principais nomes da equipe econômica de Paulo Guedes. Esses fatos revitalizam a agenda de reformas do chamado Plano Mais Brasil, com impactos diretos ao cooperativismo. Quais são eles? Veja a seguir.

As baixas na equipe econômica. Nesta semana, foram anunciadas as exonerações, a pedido, de Salim Mattar, ex-secretário de Desestatização; e de Paulo Uebel, ex-secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, ambos do Ministério da Economia. De acordo com Guedes, Mattar saiu pela dificuldade de se avançar na agenda de privatizações, enquanto Uebel havia demonstrado insatisfação com a demora do governo em enviar ao Congresso a reforma administrativa. Em dois meses, foram cinco pedidos de demissão de importantes nomes da agenda liberal do governo, dado o [rumo efetivado pela política econômica a partir da pandemia](#), voltada à injeção de recursos no setor produtivo, na área social em estados e municípios, valor que já passa dos R\$ 452 bilhões. O estopim para as saídas parece estar ligada também às tentativas de membros do governo e de parlamentares de se estender a flexibilização do teto de gastos por mais um ano, o que, segundo a visão dos ex-integrantes da equipe econômica, abalaria de forma

AS RECENTES MUDANÇAS NA EQUIPE ECONÔMICA





Análise Política

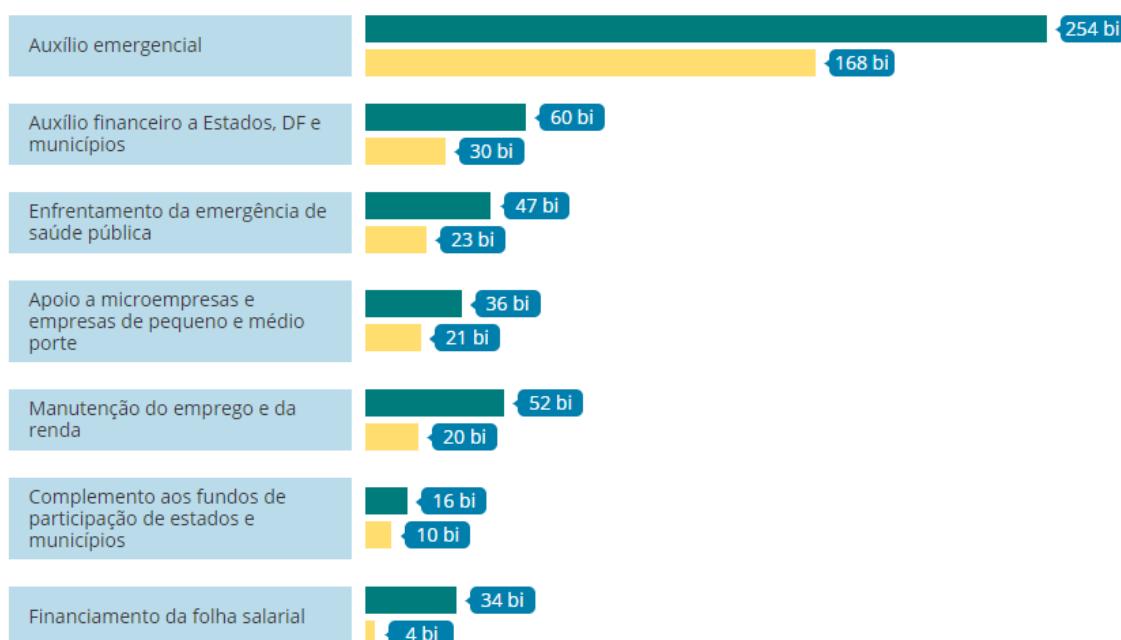
Cenários frente à pandemia da Covid-19

21ª Edição – Brasília, 13/8/2020

Quem entra? Caio Mario Paes de Andrade, presidente da estatal Serpro (Serviço de Processamento de Dados), será o novo titular da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, na vaga do ex-secretário, Paulo Uebel. No lugar de Salim Mattar entra Diogo Mac Cord de Faria, que antes tinha o cargo de secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura da pasta. Embora não tenham ainda a propensão dos titulares anteriores, os novos nomes se incluem no perfil pretendido pelo ministro Paulo Guedes, no sentido de atenuar os focos de embate político em relação à agenda de privatizações e de reforma administrativa. As indicações céleres foram importantes para sinalizar ao mercado a continuidade da agenda de reformas.

A importância das novas indicações e a retomada da política fiscal. Nesta semana, outros importantes nomes da pasta, como o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, e o próprio secretário da Fazenda, Waldery Junior, também ameaçaram sair da pasta econômica. Segundo fontes jornalísticas, a condição estabelecida para que estes continuassem nos cargos seria a indicação de perfis liberais e fiscalistas para os cargos vagos. Assim, a sinalização do governo de retomar as discussões sobre a reforma administrativa e sobre as privatizações foi crucial para evitar uma debandada ainda mais brusca da equipe econômica. Neste contexto, as substituições nas secretarias de Desestatização e de Desburocratização representam, por ora, a retomada da política fiscal adotada pelo governo Bolsonaro no período pré-pandemia. Resta, ainda, a dúvida, se o governo conseguirá manter estas agendas, tendo em vista as pressões políticas, principalmente de parlamentares e corporações do serviço público.

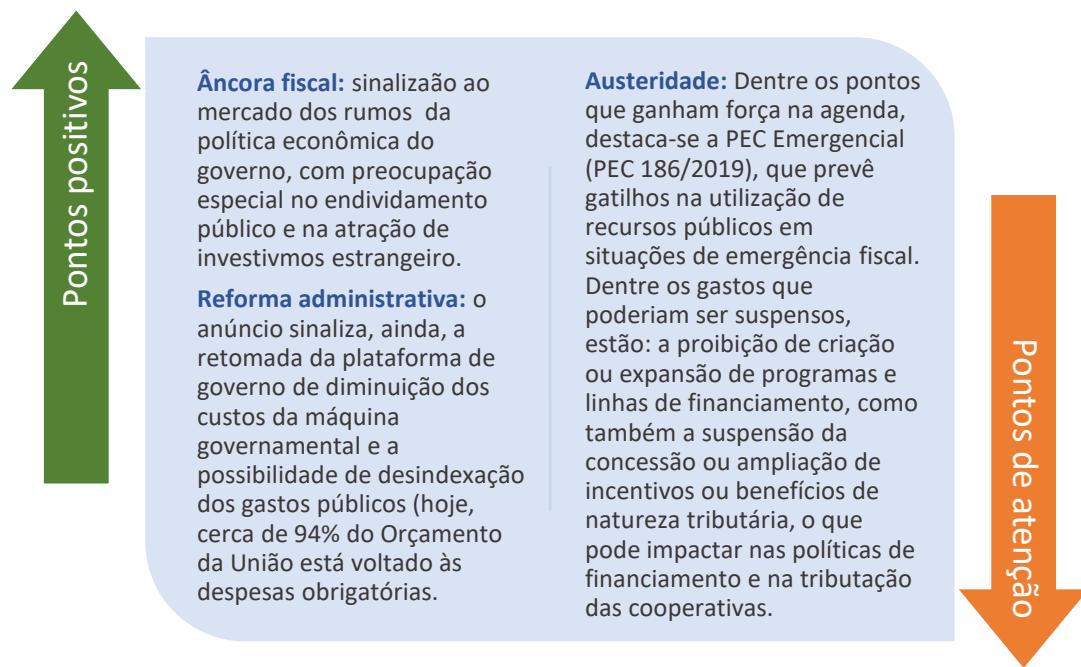
IMPACTO DAS MEDIDAS DE COMBATE À PANDEMIA



Fonte: Consultoria Orçamentária da Câmara dos Deputados (ago/2020)

O que muda na prática. Pode-se deduzir que, ao declararem sua defesa pela manutenção do teto de gastos, o presidente Jair Bolsonaro e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, deixam claro o indicativo do Executivo e do Congresso contra a prorrogação do estado de calamidade para 2021. Isso implica em dizer que, o Auxílio Emergencial, que custa cerca de R\$ 50 bilhões ao mês aos cofres públicos, deve ser finalizado, no máximo, até o final de 2020. Com impacto direto a cerca de 65 milhões de brasileiros, o fim da política representa um sinal de alerta ao governo Bolsonaro, um vez que a medida atenuou a queda da popularidade do presidente da República, que, na classe baixa, viu inclusive sua aprovação aumentar, mesmo num cenário de pandemia. Em segunda medida, o anúncio da manutenção do teto de gastos aumenta ainda mais a pressão sobre o ministro Paulo Guedes pela entrega do Renda Brasil, política que deve remodelar o Bolsa Família e substituir o Auxílio Emergencial. Por fim, a decisão faz com que as reformas estruturantes anunciadas pelo ministro Paulo Guedes em 2019, com o chamado Plano Mais Brasil, retornem à pauta.

Possíveis impactos ao cooperativismo.



Vitória do cooperativismo! Nesta semana, o cooperativismo provou mais uma vez a força da sua representação política com a derrubada do veto que impedia o devido reconhecimento ao ato cooperativo praticado nas operações de integração vertical do setor de aves e suínos. A vitória só foi possível por meio da grande mobilização da OCB em conjunto com a Frecoop e com a FPA para que os plenários da Câmara e do Senado. A derrubada deste veto visa evitar injustiças na cobrança previdenciária dos produtores associados a cooperativas, ao assegurar tratamento isonômico entre os agentes econômicos nas operações de integração vertical.

[Link para links da semana e edições anteriores.](#)